

LUTAMOS PELA UNIDADE MAS NÃO ACEITAMOS UNIRMO-NOS AO INIMIGO

N. 18
1
76

Na última sessão de debates da I Assembleia Extraordinária da Organização da Unidade Africana o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique Samora Machel, leu a seguinte comunicação dirigida aos países africanos:

Senhor Presidente, Excelências:

Estes-nos quase no termo dos trabalhos desta histórica primeira sessão extraordinária da nossa organização.

Esta era para nós a reunião em que a dignidade africana se deveria afirmar, em que sem hesitação a África inteira se ergueria contra a agressão da África do Sul, contra a intervenção imperialista em Angola.

Esta era para nós a reunião da personalidade africana, contra as pressões e chantagens do imperialismo.

Foi esta a reunião que esperávamos?

Foi com profunda mágoa que a delegação da República Popular de Moçambique assistiu a algumas das intervenções aqui proferidas.

Ao virmos a esta reunião, ao participar na OUA, não desconhecíamos a realidade do nosso continente: durante os anos da luta armada contra o colonialismo português, tivemos ocasião de constatar que algumas vezes a unanimidade da luta contra o colonialismo português era violada por alguns países, conhe-

que ser revolucionário implicava colaborar com o inimigo. Afirmou-se que ser africano era fraternalmente receber e permitir-lhe que nos ocupe e domine. Teorizou-se o direito de o inimigo nos invadir e nos saquear.

Queremos dizer que entre nós e o inimigo não pode haver compromisso, por importantes que sejam as motivações económicas ou outras.

Temos 1500 quilómetros de fronteira com os inimigos directos da África, acabamos de terminar 10 longos anos de guerra e aqui nós afirmamos que em circunstância nenhuma capitularemos perante o inimigo.

O nosso dever é combater o inimigo, o nosso dever é defender o povo.

Somos africanos, africanos agredidos, africanos que se recusam a deixar-se intimidar na defesa pela dignidade de África. Por isso estamos com a República Popular de Angola.

Terminamos esta reunião, que é também aquela em que se afirmou a coragem e dignidade de todos que resistem ao imperialismo.

Queremos apresentar alguns pontos finais de reflexão.

Conquistámos pelo sacrifício a nossa liberdade. Não a recebemos de ninguém. Os nossos povos conquistaram o Poder e a Democracia não a receberam de ninguém.

Por isso estamos com o povo angolano, que pelo sangue

berdade e a dignidade da África, submeteu um projecto de resolução.

Queremos na essência:
I — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, seja condenada a agressão da África do Sul, inimigo directo da África, e seja exigida a retirada imediata e incondicional das suas forças e material;

II — que sem condições, sem contrapartida, sem ambiguidade, sejam condenados os grandes responsáveis, que

sendo angolanos, sendo africanos, abertamente colaboram com a África do Sul;

III — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que defendem a independência e integridade territorial de Angola, contra a invasão sul-africana, contra as agressões, manobras e subversões do imperialismo.

IV — que incondicionalmente, sem contrapartida, sem ambiguidade, se apoie os que lutam pela unidade nacional,

para a unidade de todas as forças patrióticas, os que lutam para reconstruir na Paz, na unidade e na integridade a Angola livre. A OUA deve apoiar todos os esforços da República Popular de Angola para unir todos os patriotas no esforço nacional;

V — até que estejamos em condições de chegar a um consenso na base de posições justas, devemos adiar o nosso debate, sine die.

A Luta Continua!



amos aqueles que no nosso continente embora votando resoluções de apoio à nossa luta sempre colaboraram com o colonialismo português e sempre se esforçaram por nos conduzir a posições de capitulação.

Não poucas vezes foi necessário lutar contra a qualificação de intransigentes com que esses mesmos nos apelidavam.

Achamos neste ponto oportuno agradecer uma vez mais a todos aqueles que cumpriram o seu dever de apoiar a nossa luta de libertação de uma maneira consequente até à nossa independência.

Estamos também conscientes de que existem profundas clivagens políticas e ideológicas entre os nossos Governos.

Não ignoramos tão-pouco as dificuldades particulares que devido à herança do passado, aos condicionamentos de momento e à situação geográfica pesam sobre muitos países africanos.

Não pretendemos pois fazer abstracção do que o nosso Continente, tal como ele é. Mas não é menos verdade que apesar de todas as insuficiências, demissões, hesitações e compromissos sempre conseguimos que a Voz de África se apresentasse unida e coerente perante o inimigo directo. Que a submissão ao imperialismo levava alguns de entre nós a sabotar a luta de libertação do nosso Continente? Sofremo-lo na nossa própria carne. O que nos surpreende então nesta reunião? O que nos surpreende, nós diríamos, o que nos choca e ultraja é vermos o calor, a voemência com que foi defendida aqui em Addis Abeba, berço da Organização da Unidade Africana, a posição do regime racista da África do Sul. O que nos desgosta é o Impudor com que se proclamaram aqui as alianças com os regimes que sempre foram e continuam a ser os maiores inimigos da nossa independência, da nossa dignidade, da nossa personalidade. O que pensarão de nós os nossos povos? O que pensarão neste momento o povo sul-africano, oprimido pelo terror policial, manietado pela força das armas, humilhado pelo «apartheid»?

Nesta Assembleia de maneira indirecta pretende-se

continua a afirmar o seu direito à Independência, à integridade territorial, a escolher, sem qualquer ingerência, as suas alianças, o sistema político, económico e social que corresponde aos seus interesses.

Estamos com o povo angolano, que de armas na mão, afirma o seu direito de apoiar a luta da Namíbia, a luta de libertação da África Austral. Em todas as circunstâncias somos nós mesmos, conquistamos com o nosso sangue esse direito.

Recusamos ontem durante a guerra, como hoje independentes, que alguém nos ditasse posições.

Afirmamos assim a nossa independência, o nosso não alinhamento.

Porque somos independentes, porque nos recusamos a alinhar com o imperialismo, resolutamente estamos com o povo angolano, com a República Popular de Angola, que defende o seu direito de não se tornar um novo bantustão ou um satélite do imperialismo.

Ouvimos falar com surpresa de entrega de soberania.

A experiência de Moçambique, de Angola, de Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, é que a soberania, a independência resultaram do nosso combate, do sangue oferecido pelo nosso povo, dos imensos sacrifícios consentidos pela solidariedade africana e internacional.

Tudo conquistamos, tudo criamos.

Portugal quanto muito, porque derrotado foi obrigado a reconhecer a realidade.

A realidade dos nossos países, a realidade de Angola, é que o povo quando começou a luta assumiu a sua soberania.

Este foi o princípio, a realidade que a OUA defendeu e fez aceitar pela comunidade internacional.

A FRELIMO sempre defendeu a unidade. Esta Assembleia conhece bem a nossa luta intransigente pela defesa da unidade nacional. Esta Assembleia diversas vezes rendeu homenagem à unidade conquistada pela FRELIMO.

Lutamos pela unidade, mas nunca aceitamos unir-mo-nos com agentes declarados do inimigo, nunca aceitamos unir-mo-nos ao inimigo, o que sig-

ceram-nos uma ajuda substancial que aumentou em junção do desenvolvimento da luta.

No início dos anos 70 o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO começaram a receber foguetes solo-solo, foguetes solo-ar.

Tínhamos essas armas, tínhamos conosco os instrutores dessas armas.

Quando ganhámos a guerra, para forçar o colonialismo a respeitar os acordos assinados, em seguida para consolidar a nossa soberania face às ameaças exteriores, continuámos a receber armas com instrutores.

Temos esse direito a defendermo-nos, temos o direito de recorrer aos nossos aliados naturais, àqueles que sempre nos apoiaram, para reforçarmos a nossa capacidade de defesa. Por isso mesmo apoiamos a República Popular de Angola quando recorre aos seus aliados para que estes reforcem a sua capacidade para expulsar o invasor.

Por isso agradecemos, hoje como ontem, a todos que cumprem o seu dever internacionalista de apoio à luta de libertação.

A República Popular de Moçambique tem no seu território projectos económicos realizados pelo colonialismo português com investimentos sul-africanos e outros.

A República Popular de Moçambique tem cerca de 3000 quilómetros de costas sobre o Oceano Índico.

A República Popular de Moçambique é um dos países que deve servir de base de apoio à luta da África Austral.

Necessitamos de saber, se o inimigo nos atacar, se o inimigo pretender que o seu direito ao «apartheid» se encontra ameaçado, necessitamos de saber se o inimigo arranjar um punhado de fantoches que o convidem a invadir-nos, necessitamos de saber quem em África estará connosco.

Queremos saber também quem nos negará o direito à defesa, quem nos dirá que o apoio dos nossos aliados é uma intervenção estrangeira. Nesta reunião ficamos a conhecemo-nos.

A República Popular de Moçambique, em conjunto com 21 outros países, consciente dos seus deveres perante a li-